

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Contas do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal

2022



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

Av. D. Afonso Henriques – Adro da Igreja

4450-014 MATOSINHOS

Tel.: +351 229 380 254

geral@scmbjm.pt

www.scmbjm.pt



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

ASSEMBLEIA - GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a), do art.º 38º, do Compromisso desta Irmandade, convoco os Irmãos a reunirem-se, em Assembleia-Geral Ordinária, na sede da Instituição, no dia 30 de março de 2023, pelas 17:30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

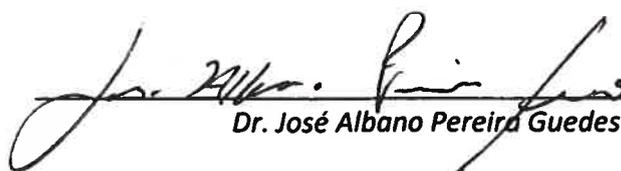
1. Leitura e votação da ata da Assembleia-Geral do dia 19 de dezembro de 2022;
2. Análise, discussão e votação do “Relatório e Conta de Gerência da Mesa Administrativa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022” e do “Parecer do Definitório”, relativo àqueles documentos;
3. Retificação da deliberação de 27 de novembro de 2019, relativa à venda do prédio urbano situado na Rua de Cima do Muro, n.ºs, 42,44 e 45, Rua dos Canastreiros, n.ºs, 13, 15, 17 e 19 e Cais da Ribeira n.ºs, 41, 42, 42-A, 43, 43-A e 43-C, da União de Freguesias Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, concelho do Porto, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 750/ São Nicolau e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2843.
4. Trinta minutos para tratar, sem caráter deliberativo, de quaisquer assuntos de interesse para a Instituição.

Se à hora marcada não se encontrar presente o número legal de Irmãos, a Assembleia realizar-se-á 30 minutos depois, em segunda convocatória, desde que estejam presentes, pelo menos, vinte Irmãos.

O “Relatório e Conta de Gerência da Mesa Administrativa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022”, bem como os respetivos Pareceres do Definitório serão disponibilizados aos Irmãos, nos serviços administrativos da Misericórdia e na página eletrónica da Misericórdia (www.scmbjm.pt), a partir do dia 24 de março de 2023.

Matosinhos, 15 de março de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral


Dr. José Albano Pereira Guedes



ÍNDICE	
ÓRGÃOS SOCIAIS	3
MENSAGEM DO PROVEDOR	4
APRESENTAÇÃO	5
OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO	5
ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS	6
Assembleia Geral	6
Mesa Administrativa	6
Definitório	6
RECURSOS HUMANOS	7
RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO	7
ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	8
ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL	8
Internato N ^º . Sr ^ª . da Conceição	8
Centro de Dia	9
Apoio Domiciliário aos Irmãos	9
ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO	9
Culto	9
Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres	10
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	10
Capelas Mortuárias	10
ÁREA OPERACIONAL SAÚDE	10
Unidade de diagnóstico e tratamento	10
NOTAS FINAIS	11
MAPAS DE CONTAS DE 2022	13

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais foram eleitos, em 2020, pelos Irmãos da Misericórdia para o Quadriénio 2021/2024.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. José Albano Pereira Guedes - **Presidente**

Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio – **Vice-Presidente**

Armando Fernandes Mesquita - **Secretário**

Dra. Maria Filomena Leite Seabra Monteiro Galante - **Secretária**

Dr. Emídio Moreira Maia – **Substituto**

Claudino Pereira da Silva – **Substituto**

Dr. Carlos Manuel de Sousa de Lima Fernandes – **Substituto**

Dr. Artur Manuel Osório Morais Araújo – **Substituto**

MESA ADMINISTRATIVA

Luís Manuel Figueiredo Branco - **Provedor**

Arq.º José António Vidal Afonso Barbosa - **Vice-Provedor**

Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - **Tesoureiro**

Dra. Maria do Espírito Santo Carrilho Simas Santos - **Mesária**

Enf.º Alberto Pereira Morgado - **Mesário**

Dra. Clárisse do Céu Sousa – **Mesária**

Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto – **Mesário**

Dra. Susana de Carvalho Barros – **Mesária**

Rodolfo Maia Mesquita – **Mesário**

Dr. Álvaro Agostinho Fernandes Lopes – **Mesário**

DEFINITÓRIO

Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - **Presidente**

Prof. António Azevedo Cunha e Silva – **Vice-presidente**

Dra. Maria Manuela da Costa Braga - **Secretária**

Dra. Helena Cristina Sousa Pinto – **Substituta**

Dr. César Manuel Oliveira Ferreira – **Substituto**

Dr. António Manuel Cardoso Ferreira – **Substituto**



MENSAGEM DO PROVIDOR

Caras Irmãs e caros Irmãos:

De acordo com o previsto no nosso Compromisso - alínea g), do n.º 1, do artigo 39.º -, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório e as Contas do exercício de 2022, bem como o Parecer do Definitório e correspondente Certificação Legal de Contas.

O presente relatório de atividades da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos pretende ser um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano. A sua estrutura assenta na descrição da operacionalidade de 2022 nas diversas valências e nas prioridades de gestão da Mesa Administrativa, tendo por base a missão, visão, valores, qualidade, ética e conceito da Instituição.

Divulga, também e resumidamente, a orientação definida no desenvolvimento integral da Instituição, na aproximação à comunidade e aos seus problemas, na procura do equilíbrio financeiro e na projeção e implementação de obras estruturantes para a sua competitividade e sustentabilidade e cumprimento dos princípios contidos nas 14 Obras de Misericórdia presente e futuro.

Continuamos a viver tempos difíceis e atípicos: estamos ainda a sair de uma pandemia e logo apareceu a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Os tempos de estabilidade bélica na Europa acabaram e ainda ninguém sabe como esta guerra vai evoluir e quando acabará.

Temos hoje um nível de inflação que já não conhecíamos nos últimos 30 anos, inflação esta e com maior incidência nos produtos essenciais da cadeia alimentar.

Quer isto dizer que se não foi fácil o passado, muito especialmente o ano de 2022, também o futuro não se afigura risonho.

Não será, porém, isto que nos fará diminuir a nossa ação e os nossos projetos; muito pelo contrário, obriga-nos a continuar a nossa ação, pois esta torna-se cada vez mais necessária com as carências com que se debatem, cada vez mais, as famílias mais carenciadas.

Mesmo com todas as limitações, a Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos continua a ser uma Instituição Social relevante parceiro na região, por via do trabalho, empenho e dedicação de todos quantos nela trabalham, bem como pela confiança depositada pelos seus utentes. Por isso, a todos uma palavra de apreço e agradecimento.

APRESENTAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos tem como missão minimizar as carências educacionais, sociais e de saúde, e de apoiar a prática de atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina social da Igreja e pela moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras de misericórdia, aplicadas ao nosso tempo. Hoje em dia intervém no campo da educação, da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 500 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a crianças, adolescentes e idosos.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

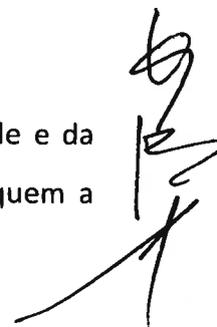
- Internato Nossa Senhora da Conceição;
- Jardim de Infância, creche “O Paraíso”;
- Jardim de Infância, creche “Biquinha”;
- Centro Infantil de Matosinhos;
- Centro de Dia;
- Apoio domiciliário a Irmãos;
- Unidade de Diagnóstico e Tratamento;
- Museu do Bom Jesus de Matosinhos;
- Casa dos Milagres;
- Capelas Mortuárias;
- Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa.

OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos observou e procurou cumprir, na sua gestão operacional e estratégica, o seguinte conjunto de valores, princípios, missão e visão:

Missão – Somos uma Instituição centrada nos Direitos da Pessoa Humana, que responde às necessidades da comunidade, de forma proativa, promovendo a cidadania e a solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento social.

Visão – A Misericórdia de Matosinhos afirma-se pela melhoria contínua da qualidade e da excelência de serviços, de uma forma empreendedora e sustentável, reconhecida por quem a conhece e por quem dela beneficia.



Valores –

- **Solidariedade:** responsabilidade na contribuição para a resolução dos problemas dos cidadãos;
- **Individualidade:** respeito pela dignidade da Pessoa (valores, crenças, etnias, ideologias, privacidade);
- **Profissionalismo:** competência, responsabilidade, ética e zelo;
- **Excelência:** elevado padrão de qualidade percebido pelos Utentes externos e internos;
- **Participação:** capacitação da Pessoa como agente do seu processo de desenvolvimento;
- **Inovação:** encontrar respostas para os problemas sociais emergentes.

ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu, em Assembleia Geral Ordinária, no mês de maio, para análise, discussão e votação do “Relatório e Contas de Gerência respeitante ao exercício do ano 2021” e do respetivo “Parecer do Definitório”, e, no mês de dezembro, reuniu novamente para análise, discussão e votação do “Orçamento e Plano de Atividades” respeitante ao exercício do 2023, e do respetivo “Parecer do Definitório”.

Mesa Administrativa

No ano de 2022, a Mesa Administrativa reuniu em 14 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida

pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2022 desligaram-se do serviço 8 trabalhadores: quatro por acordo de revogação, três por pensão de velhice e um por caducidade do contrato de trabalho.

Foram admitidos 8 trabalhadores.

Tínhamos em 31/12/2022, 129 funcionários.

Mantêm-se as políticas de desenvolvimento de valências para a ocupação integral de todos os trabalhadores.

Ao longo dos últimos anos, o número de trabalhadores tem diminuído, com tendência para se manter na casa dos 130, como se alcança do seguinte quadro:

Ano	N.º colaboradores
2016	140
2017	136
2018	130
2019	128
2020	130
2021	129
2022	129

Não obstante esta diminuição do número de trabalhadores, os serviços prestados pela Misericórdia têm aumentado, quer em número dos meninos que frequentam os nossos infantários a nível do pré-escolar e do CATL, quer com o apoio domiciliário aos Irmãos e com o número de utentes que frequentam o Centro de Dia.

RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

Procedeu-se à requalificação do prédio situado na Rua José Ventura, n.º 126, da cidade de Matosinhos, criando duas habitações ao nível do 1º e 2º andares, obra esta que está concluída, mas ainda não ocupada, por estar em fase de obtenção de licença de ocupação junto da Câmara Municipal de Matosinhos.

Procedeu-se, ainda, a um sem número de reparações nos vários estabelecimentos e edifícios, muito especialmente no Centro de Diagnóstico, no Centro Infantil de Matosinhos, no Paraíso, na Biquinha, no Museu, na Escola do Adro e nos jardins, a que a seguir se fará referência.

ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, a frequência de crianças na creche, pré-escolar e catl era o seguinte:

Estabelecimento de ensino	Creche	Pré-escolar	CATL
Jardim de Infância, creche "O Paraíso"	43	88	37
Centro Infantil de Matosinhos	41	93	41
Jardim de Infância, creche "Biquinha"	44	48	-
Total	128	229	78

Houve um pequeno aumento da procura ao nível do pré-escolar, não se tendo esgotado a nossa capacidade; as inscrições para a creche excederam em muito o número que a Segurança Social nos permite acolher; o CATL (centro de atividade nos tempos livres) diminuiu um pouco o nível de procura, dada a oferta do sistema público.

De referir que as vagas em creche foram excedidas devido à Portaria n.º 138/2022 e à Portaria n.º 198/2022, em que existe a obrigatoriedade de criação de vagas extra para crianças refugiadas ucranianas e crianças sob medida de proteção e acompanhamento da CPCJ, respetivamente.

ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Internato N.º. Sr.ª. da Conceição

O ano de 2022 trouxe o fim dos confinamentos e o regresso a alguma normalidade, o que em muito contribuiu para a saúde física e mental das meninas ali acolhidas.

A política legislativa europeia e nacional tem vindo no sentido de integrar as crianças e as adolescentes no ambiente familiar, em vez de as colocar num estabelecimento como o nosso. Daí que o Internato tenha cada vez menos utentes, sendo que há tantas funcionárias como meninas.

Mas já há vozes, quer em Portugal, quer na Europa, contra esta política, considerando-a um fracasso, pelo que se pensa que, a nível político venham a existir grandes mudanças nos próximos tempos. Mas se vier a ser alterada esta política, vai demorar muito tempo, pois na Europa as grandes mudanças demoram sempre muito.

Nós continuaremos a apostar neste Internato que tem servido o Concelho e o País desde a sua fundação em 1896, ou seja, há 127 anos!

Continuamos, contudo, a repensar a sua reformulação, designadamente reduzindo a capacidade e aproveitando as instalações que fiquem livres para outra ou outras valências de que a nossa sociedade necessite, sendo que temos entregue este estudo a uma arquiteta para elaboração do projeto de arquitetura.

O quadro do pessoal obrigatório para a capacidade atual de 40 meninas é de 16 funcionárias das mais diversas categorias.

Centro de Dia

Com o fim da pandemia, a procura desta valência pelos utentes tem aumentado muito e temos atingido a capacidade máxima de 40 utentes na maior parte do tempo, o que já não acontecia há muitos anos.

Tudo isto aumentou a necessidade de termos maior capacidade de resposta no transporte dos utentes, o que motivou, que em 2022, se tivesse encomendado mais uma carrinha de transporte de 9 lugares, a qual só deverá ser entregue em 2023, dado temos apostado numa viatura elétrica para redução dos custos.

Apoio Domiciliário aos Irmãos

O aumento da procura deste tipo de apoio, que se restringe apenas aos Irmãos e aos seus familiares, continua a ser uma realidade.

O processo de legalização junto da Segurança Social desta valência para todos os Matosinhenses ainda se encontra pendente, esperando que venha a ser autorizada durante o corrente ano de 2023.

Trata-se de um apoio do maior interesse, na medida em que permite que os idosos com dependências possam continuar a viver nas suas casas.

ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

Culto

Não obstante a pandemia que se manteve na primeira parte do ano, a verdade é que, sempre dentro dos necessários cuidados, e a Mesa Administrativa colaborou e participou em várias

atividades religiosas, muito especialmente nas festas religiosas em honra do Senhor de Matosinhos.

Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres

Em 2022, manteve-se a campanha de promoção do Museu, através da manutenção de um “site”, de desdobráveis promocionais, faltando a colocação de cartazes na via pública, colocação esta para a qual ainda não conseguimos obter a necessária autorização Camarária.

O número de visitas ao Museu continua a aumentar.

O movimento da “Casa dos Milagres” tem também aumentado, consolidando-se cada vez mais como uma referência da Misericórdia.

Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Continuou e continuará durante os próximos anos a ser efetuada a organização do Arquivo e a digitalização dos documentos.

É um trabalho hercúleo, mas imprescindível, para garantirmos a memória da nossa Misericórdia e da nossa sociedade.

Só conhecendo o nosso passado é que podemos encarar o presente e programar o futuro.

Trata-se de um setor onde o trabalho não se “vê”, mas que se sente quando não se consegue encontrar o documento desejado por ainda não estar devidamente arquivado.

Capelas Mortuárias

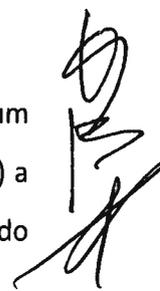
Como é sabido, estas Capelas são geridas por uma empresa privada, que procedeu a obras profundas de restauro e manutenção, continuando a ser prestado o mesmo serviço aos Matosinhenses.

ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

Unidade de diagnóstico e tratamento

Continuámos a proceder às reparações e requalificações necessárias para conseguirmos ter o edifício todo ocupado e obter, assim, uma maior rentabilidade, sendo que, em 2022, foram ocupados mais quatro gabinetes.

Contudo, uma recuperação profunda só vai ser possível depois de 2026, data em que caducam dois maus contratos celebrados em 2016 pela Mesa Administrativa anterior.



De qualquer maneira, para além das necessárias obras de conservação, não obstante ser um edifício de construção recente, temos o sistema de climatização (aquecimento e arrefecimento) a funcionar e está-se a implementar um sistema de controlo e que vai disciplinar a utilização do parque de estacionamento.

Por outro lado, a Misericórdia já não tem qualquer responsabilidade pela marcação das consultas, restringindo-se o serviço da nossa Instituição ao serviço de limpeza e de portaria.

NOTAS FINAIS

Na execução orçamental conseguiu-se um resultado positivo de € 146.214,52, o qual vem na sequência dos resultados positivos da gestão desta Mesa Administrativa desde 2017.

Salienta-se que o orçamento para 2022 previa um resultado positivo de € 31.622,01, que foi largamente ultrapassado.

De notar que a pandemia em 2022 manteve ainda problemas que vinham de 2021 e que dificultaram a modernização e atualização das valências e do nosso património.

Ao longo de 2022 continuou a efetuar-se o pagamento em prestações às trabalhadoras dos € 132.446,44 de retroativos que não tinham sido considerados pela Mesa Administrativa anterior aquando da aplicação da tabela salarial de 2016. O pagamento destes retroativos acabará em junho de 2023.

Renovamos, aqui, o nosso agradecimento a todos os trabalhadores que aceitaram que este pagamento fosse efetuado em prestações para não criar desequilíbrios financeiros à Misericórdia.

Foi um ano difícil em que vimos o fim da pandemia, mas em que se conseguiu manter, a muito custo, o equilíbrio económico e financeiro da Instituição.

Em meu nome pessoal e em nome da Mesa Administrativa, muito agradeço o apoio dado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo Definitório e muito especialmente pelo seu Presidente, e por todos os trabalhadores, sem os quais não teria sido possível obter estes resultados e manter bem viva a Instituição.

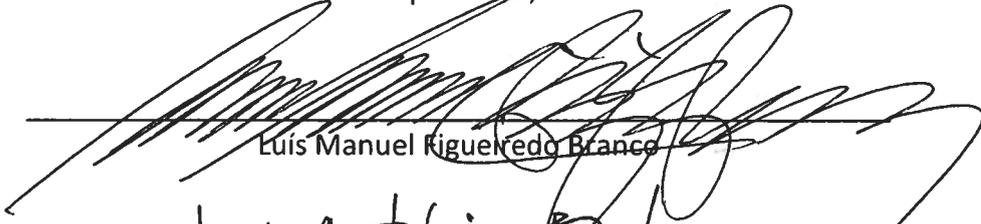
Este documento foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Mesa Administrativa de 15 de março de 2023, propondo-se à Assembleia Geral que:

1. Seja aprovado o presente Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2022;
2. Seja transferido para a conta "Resultados Transitados" o resultado líquido do período de € 146.214,52.

Matosinhos, 15 de março de 2023

Pela Mesa Administrativa

O provedor,



~~Luís Manuel Rigueiredo Branco~~

João António Pacheco



MAPAS DE CONTAS DE 2022

ÍNDICE

- 1 – Balanço em 31 de dezembro de 2022

- 2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31-12-2022

- 3 – Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios

- 4 – Fluxos de Caixa

- 5– Anexo às Demonstrações Financeiras

- 6 – Resultados por Valências e outras atividades

- 7 – Parecer do Revisor Oficial de Contas

- 8 - Parecer do Definitório

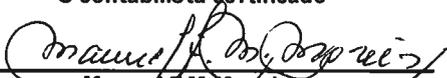
1 – Balanço em 31 de dezembro de 2022

9

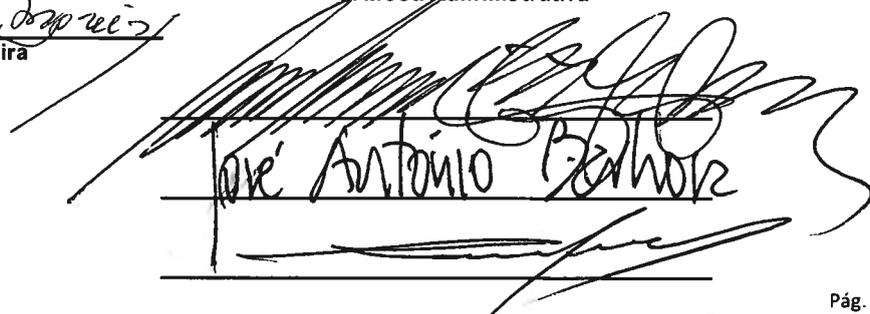
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2022

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Activo			
Activo não corrente			
Propriedades de investimento	6	2 123 197,38	2 043 575,23
Activos fixos tangíveis	6	4 374 123,61	4 190 475,07
Investimentos financeiros		7 434,95	7 040,39
Outros créditos e activos não correntes		0,00	0,00
		6 504 755,94	6 241 090,69
Activo corrente			
Inventários	8	20 089,11	20 011,66
Créditos a receber	13.2	11 551,33	25 385,46
Estado e outros entes públicos	14.1	1 087,96	1 181,85
Outros ativos correntes	13.2	157 643,42	163 521,54
Diferimentos	13.2	14 713,70	10 461,31
Caixa e depósitos bancários	4	720 725,10	749 584,55
		925 810,62	970 146,37
Total do Activo		7 430 566,56	7 211 237,06
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos		57 379,22	57 379,22
Reservas		275 475,52	275 475,52
Resultados Transitados		2 766 177,40	2 587 504,10
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.1	3 297 088,58	3 371 678,31
		6 396 120,72	6 292 037,15
Resultado líquido do período		146 214,52	178 673,30
Total dos fundos patrimoniais		6 542 335,24	6 470 710,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	69 574,14	170 165,36
Financiamentos obtidos	14,6	0,00	32 213,85
		69 574,14	202 379,21
Passivo corrente			
Fornecedores, c/c	13.2	36 927,02	17 315,30
Fornecedores imobilizado	14.6	180 427,95	19 876,80
Estado e outros entes públicos	14.1	53 528,07	45 290,55
Diferimentos		75 252,06	0,00
Financiamentos obtidos	14.6	32 244,20	77 313,36
Outros passivos correntes	13.2	440 277,88	378 351,39
		818 657,18	538 147,40
Total do Passivo		888 231,32	740 526,61
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		7 430 566,56	7 211 237,06

O contabilista certificado


Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa


José António Barhor

2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31-12-2022

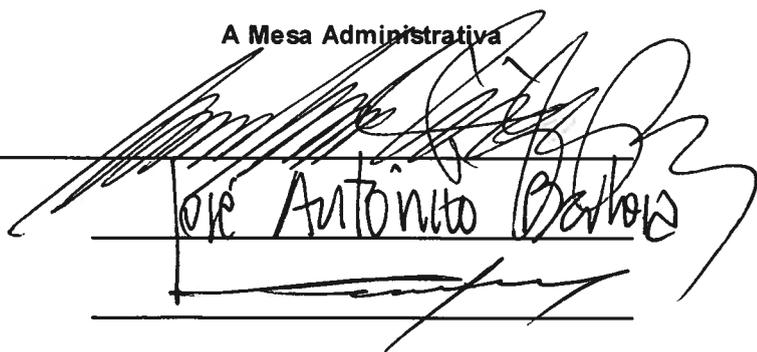
Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro em 2022

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	14.2	672 974,99	507 400,24
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	1 725 796,64	1 874 050,17
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-159 172,65	-121 775,07
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-462 274,70	-424 167,45
Gastos com o pessoal	13.3	-2 270 219,15	-2 102 589,92
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	13.2	-9 426,74	-5 390,01
Provisões (reduções)	10.1	42 604,68	-135 082,68
Outros rendimentos e ganhos	14.5	787 553,71	775 518,76
Outros gastos e perdas	14.4	-12 125,45	-10 273,02
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		315 711,33	357 691,02
Gastos de depreciação e de amortização	6.2	-169 496,81	-179 017,72
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		146 214,52	178 673,30
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		146 214,52	178 673,30
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		146 214,52	178 673,30

O contabilista certificado


Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa


José António Barros

3 – Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MATOSINHOS
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2022

Unidade Monetária: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos	Outras reservas	Outras variações patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	57 379,22	275 475,52	3 388 128,39	2 377 960,17	209 543,93	6 308 487,23
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	1 584,00	0,00	0,00	1 584,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	63 441,43	0,00	0,00	63 441,43
Resultado líquido do período	0,00	0,00	-81 475,51	209 543,93	-209 543,93	-81 475,51
Resultado integral	0,00	0,00	0,00	0,00	178 673,30	178 673,30
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	57 379,22	275 475,52	3 371 678,31	2 587 504,10	178 673,30	6 470 710,45
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	57 379,22	275 475,52	3 371 678,31	2 587 504,10	178 673,30	6 470 710,45
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	6 885,78	0,00	0,00	6 885,78
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	-6 649,34	0,00	0,00	-6 649,34
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	-74 826,17	178 673,30	-178 673,30	-74 826,17
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	146 214,52	146 214,52
Resultado integral					71 624,79	71 624,79
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	57 379,22	275 475,52	3 297 088,58	2 766 177,40	146 214,52	6 542 335,24

O. e. e. ,

4 – Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		702 582,17	496 379,70
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-600 571,53	-546 481,21
Pagamentos ao pessoal		-2 212 945,86	-2 135 544,63
Caixa gerada pelas operações		-2 110 935,22	-2 185 646,14
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		2 414 730,75	2 565 886,84
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		303 795,53	380 240,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-272 216,35	-162 949,70
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-178,77	-1 133,64
Outros activos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		10 000,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	40 000,00
Juros e rendimentos similares		217,57	304,44
Dividendos		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-262 177,55	-123 778,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		6 885,78	25 025,43
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-77 283,01	-77 313,36
Juros e gastos similares		-80,20	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-70 477,43	-52 287,93
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-28 859,45	204 173,87
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	749 584,55	545 410,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	720 725,10	749 584,55
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-28 859,45	204 173,87

5– Anexo às Demonstrações Financeiras

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de Dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeitores.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

2.2. Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro 2021, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível, incluindo os acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2010, encontram-se registados:

(a) ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, ou

(b) não existia informação completa e adequada que assegurasse a aplicação do critério referido na alínea anterior, os correspondentes ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo montante determinado de acordo com o justo valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2019, o qual foi determinado da seguinte forma: para os edifícios onde na escritura era mencionado o valor do imóvel, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e para os prédios doados sem valorização, foi considerado o valor constante no registo matricial - Valor Patrimonial Tributário.

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, preço de mercado, o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

g) Instrumentos financeiros

i. Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

iii. Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal). O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".



h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um Ex fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

l) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

k) Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para a comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

l) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de

condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

m) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 incluem, nomeadamente, a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o registo de provisões e das perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar ou de reduzir consideravelmente as suas operações no curto prazo, mantendo a capacidade para cumprir os seus fins, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2022 e 31.12.2021, o saldo de caixa e de depósitos bancários decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa		
Caixa sede	768,84€	719,13€
Total	768,84€	719,13€
Depósitos bancários		
Depósito à ordem	719.956,26€	298.865,42€
Depósito a prazo	0,00€	450.000,00€
Total	719.956,26€	748.865,42€
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	720.725,10€	749.584,55€

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existem quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e depósitos bancários.

5. Ativos intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

- c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis - outros	Ano 2022		Ano 2021	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
TOTAL	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€

- d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

Amortizações do exercício - outros	Ano 2022	Ano 2021
Programas de computador	0,00€	0,00€
TOTAL	0,00€	0,00€

e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2022 e em 2021 são os que se seguem:

2022	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-
2021	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
Ativo bruto					
Saldo em 1/1/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1/1/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
VALOR LÍQUIDO	-	-	-	-	-

6. Ativos tangíveis e Propriedades de investimento

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis e Propriedades de Investimento:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se mensurados estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Na sequência dos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, que referiam a existência de imóveis, adquiridos ou doados, que não haviam sido registados na contabilidade, a Mesa Administrativa como resposta, procedeu ao levantamento e estudo de todos os edifícios doados e herdados. Nos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, esta situação, foi nos últimos anos assinalada, tendo sido dado como resposta na ocasião pela Mesa Administrativa, de que estava a ser feito o levantamento e estudo sobre todos os edifícios doados e herdados.

Efetuada a conferência da quase totalidade dos edifícios e os seus registos matriciais, procedeu-se à sua valorização, tendo sido acordado pelos diversos Órgãos Sociais desta Instituição, nomeadamente a Mesa Administrativa e o Definitório, que, para os edifícios que tinham escritura onde era mencionado o seu valor, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e que para os prédios doados sem valorização, fosse considerado o valor constante no registo matricial.

Efetuada a contabilização da incorporação dos edifícios doados, foram os valores registados, no exercício de 2019, pelo valor total de 3.504.541,88€ na conta 59411 – Doações de Edifícios, sendo 2.024.194,53€ na conta 42 - Propriedades de Investimento e os restantes 1.480.347,35 na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis – Edifícios e Outras Construções.

Esta Instituição, apesar dos seus grandes esforços, ainda continua na busca de todos os registos referentes a doações, testamentos e demais documentação existente, tendo registado já algumas regularizações necessárias ao total esclarecimento e registo final de todas as irregularidades ainda omissas da contabilidade. Estão em curso regularizações desejadas provenientes das várias negociações com os proprietários ou coproprietários atuais.

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

É um trabalho bastante complicado e demorado que julgamos ver resolvido nos próximos meses, podendo, finalmente proceder, a todas as regularizações contabilísticas urgentemente necessárias.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

No caso dos imóveis doados à SCM Matosinhos e, de acordo com a Portaria 218 de 23 de julho de 2015, as Entidades do setor não lucrativo podem registar a crédito o valor do imóvel na conta 59411 – Doações de Edifícios e anualmente registam na conta 7883 - Imputação de Subsídios e doações de ativos tangíveis a contrapartida das amortizações efetuadas em gastos de forma a que o impacto no resultado líquido dos referidos imóveis seja nulo.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

13
[Handwritten signature]

2022	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2022	2.285.362,04€	5.445.537,31€	591.584,21€	121.252,69€	209.849,53€	146.780,02€	258.914,69€	9.059.280,49€
Adições	177.875,15€	0,00€	4.173,40€	31.111,23€	13.511,84€	3.690,00€	202.405,88€	432.767,50€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	-33.829,79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-33.829,79€
Saldo em 31/12/2022	2.463.237,19€	5.445.537,31€	561.927,82€	152.363,92€	223.361,37€	150.470,02€	461.320,57€	9.458.218,20€
Depreciações acumuladas								
Saldo em 1/1/2022	241.786,81€	1.662.110,16€	485.448,76€	113.880,07€	188.952,39€	133.052,00€	0,00€	2.825.230,19€
Adições	98.253,00€	45.964,22€	9.648,54€	11.464,12€	2.398,80€	1.768,13€	0,00€	169.496,81€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	-33.829,79€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-33.829,79€
Saldo em 31/12/2022	340.039,81€	1.708.074,38€	461.267,51€	125.344,19€	191.351,19€	134.820,13€	0,00€	2.960.897,21€
VALOR LÍQUIDO	2.123.197,38€	3.737.462,93€	100.660,31€	27.019,73€	32.010,18€	15.649,89€	461.320,57€	6.497.320,99€

[Handwritten signature]

2021	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
Ativo bruto								
Saldo em 1/1/2021	2.192.909,41€	5.395.345,94€	568.198,69€	121.252,69€	209.054,55€	146.780,02€	242.912,39€	8.876.453,99€
Adições	53.317,43€	0,00€	23.385,22€	0,00€	794,98€	0,00€	111.663,37€	189.161,00€
Transferências e abates	39.135,20€	50.191,37€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	(89.326,57€)	0,00€
Outras variações	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	(6.334,50€)	(6.334,50€)
Saldo em 31/12/2020	2.285.362,04€	5.445.537,31€	591.584,21€	121.252,69€	209.849,53€	146.780,02€	258.914,69€	9.059.280,49€
Saldo em 1/1/2021	133.830,06€	1.614.270,52€	475.572,81€	102.192,92€	187.803,77€	132.542,39€	0,00€	2.646.212,47€
Adições	107.956,75€	47.839,64€	9.875,95€	11.687,15€	1.148,62€	509,61€	0,00€	179.017,72€
Transferências e abates	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Saldo em 31/12/2021	241.786,81€	1.662.110,16€	485.448,76€	113.880,07€	188.952,39€	133.052,00€	0,00€	2.825.230,19€
VALOR LÍQUIDO	2.043.575,23€	3.783.427,15€	106.135,45€	7.372,62€	20.897,14€	13.728,02€	258.914,69€	6.234.050,30€

Em 2022 e 2021 os investimentos realizados na rubrica de ativos fixos tangíveis estão essencialmente relacionados com o investimento para a construção de dois lares. As despesas estão relacionadas com estudos e projetos executados.

O aumento em 2022 e 2021 na rubrica de propriedades de investimento estão relacionadas com investimentos de remodelação em diversos imóveis, aquisição de um imóvel em 2021 e investimento em sistemas de AVAC e painéis solares.

6.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	98.253,00€
Edifícios e outras construções	45.964,22€
Equipamento básico	9.648,54€
Equipamento de transporte	11.464,12€
Equipamento administrativo	2.398,80€
Outros ativos fixos tangíveis	1.768,13€
TOTAL	169.496,81€

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

Propriedades de investimento	340.039,81€	241.786,81€
Edifícios e outras construções	1.708.074,38€	1.662.110,16€
Equipamento básico	461.267,51€	485.448,76€
Equipamento de transporte	125.344,19€	113.880,07€
Equipamento administrativo	191.351,19€	188.952,39€
Outros ativos tangíveis	134.820,13€	133.052,00€
TOTAL	2.960.897,21€	2.825.230,19€

7. Custos de empréstimos obtidos

7.1 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

8. Inventários

8.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridas matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

8.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias	20.089,11€	20.011,66€
TOTAL	20.089,11€	20.011,66€

8.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2022	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
------	-------------	---	-------

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

Inventário inicial	20.011,66€	0,00€	20.011,66€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	3.091,60€	156.158,50€	159.250,10€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	20.089,11€	0,00€	20.089,11€
GASTO DO PERÍODO	3.014,15€	156.158,50€	159.172,65€

2021	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	23.850,41€	0,00€	23.850,41€
Perdas por imparidade em existência	0,00-		
Compras	3.597,45€	114.338,87€	117.936,32€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	20.011,66€	0,00€	20.011,66€
GASTO DO PERÍODO	7.436,20€	114.338,87€	121.775,07€

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31/12/2022	31/12/2021
Prestações de serviços	672.974,99€	507.400,24€
Rendas de imóveis	634.462,40€	622.685,22€
Juros	217,57€	304,44€
TOTAL	1.307.654,96€	1.130.389,90€

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10.1 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No que respeita à "segurança no trabalho" em anos anteriores ocorreram alguns casos litigiosos relacionados com planos de segurança para alguns dos nossos estabelecimentos, que nos levaram à criação de provisão de 10.000,00€ para os respetivos processos judiciais em curso com a ANPC.

Neste exercício efetuaram-se algumas utilizações das provisões de anos anteriores, inscritas nos quadros abaixo indicados, na coluna "utilização", a saber:

1-Segurança no trabalho – ANPC : 10.000,00 € : procedeu-se à sua reversão na totalidade, uma vez que, para além de termos cumprido com a maior parte das questões que deram origem às contraordenações, também nos foi comunicado pelo nosso advogado, Dr. António Manuel Pinto de Magalhães, que o prazo das contraordenações já prescreveu.

2- Pessoal – Provisão existente 150.165,36 €: Utilizações no exercício de 2022: 90.591,22€, decorrente de pagamentos efetuados em 2022. O valor remanescente refere-se a um processo em tribunal interposto por uma funcionária e que se prevê desfavorável para a Entidade.

Descrição	Saldo 2021	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2022
Processos em curso:				
Segurança no trabalho – ANPC	10.000,00€	0€	-10.000,00€	0€
Pessoal	150.165,36€	0€	-90.591,22€	59.574,14€
Inquilino	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
TOTAL	170.165,36€	0€	-100.591,22€	69.574,14€

Descrição	Saldo 2020	Constituição	Utilização	Saldo 2021
Processos em curso:				
Segurança no trabalho - ANPC	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€
Pessoal	20.000,00€	135.082,68€	-4.917,32€	150.165,36€
Inquilino	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€
TOTAL	40.000,00€	135.082,68€	-4.917,32€	170.165,36€

A utilização da provisão registada no período de 2021 referente aos processos relacionados com o pessoal está relacionada com o facto de a Instituição ter pago e consequentemente utilizado neste exercício, a quantia de 4.917,32 euros, referente da verba reconhecida por esta Instituição.

13



11. Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo

11.1 Políticas contabilísticas adotadas:

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2022, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.669.382,54€
IEFP	Relacionado com rendimentos	34.127,68€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	14.343,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	7.943,42€
TOTAL		1.725.796,64€

(a) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.

De referir de que foram recebidos subsídios da Segurança Social, no valor de 14.900,48€, referentes ao exercício de 2021. Este valor foi contabilizado na rubrica correções relativas a períodos anteriores, mais especificamente na conta 78811-Retroativos de Subsídios da Segurança Social.

De igual forma foi contabilizado o valor de 4.555,98€, na conta de gastos respetiva, 68811 Correções em acordos da Segurança Social, referentes ao exercício de 2021.

A 31 de Dezembro de 2021, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.710.471,08€
IEFP	Relacionado com rendimentos	137.723,62€
Câmara de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	8.293,50€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	17.561,97€
TOTAL		1.874.050,17€

Câmara Municipal de Matosinhos	Relacionado com investimentos	a)	40.000,00€
Câmara Municipal de Matosinhos	Relacionado com rendimentos	b)	20.000,00€
	Totais		1.934.050,17€

a) Valor do subsídio para ajuda na construção da "Casa do Peregrino", nos anexos do Museu e contabilizado na conta 59.3 – Subsídios para Investimentos.

b) Valor do subsídio concedido como ajuda aos resultados no nosso estabelecimento da "Biquinha" e relativo ao ano de 2020, contabilizado na conta 7881 – Correções relativas a períodos anteriores.

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 20 março de 2023. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2022.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

13.2 Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

	2022	2021
	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	2.141,09€	5.871,81€
Créditos a receber inquilinos	1.214,54€	747,64€
Créditos a receber utentes	15.177,44€	18.393,44€
Perdas por imparidade	-9.426,74€	-5.390,01€
Estado e O. Entes Públicos	1.087,96€	1.181,85€
Adiantamentos ao pessoal	131,00€	565,15€
Fundadores/Associados	2.445,00€	5.762,58€
Outros	4.534,64€	10.489,84€
Créditos a receber	11.551,33€	25.385,46€
Outros ativos correntes	157.643,42€	163.521,54€
Diferimentos	14.713,70€	10.461,31€
TOTAL	184.996,41€	200.550,16€

Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos
Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2022

No período findo em 31 de dezembro de 2022 foram atualizadas as imparidades criadas para os saldos duvidosos de clientes e utentes no valor total de 9.426,74€, sendo que a mesma abrange neste momento as dívidas dos utentes para o ano de 2020, no montante de 8.016,24€ e os restantes 1.410,50€, referentes aos saldos em aberto de clientes.

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, incluído em "Outros ativos correntes", esta rubrica inclui, essencialmente, os apoios concedidos pela Segurança Social relacionado com a compensação salarial das educadoras prevista para o ano letivo de 2021/2022 no valor de 151.808,64€, o valor de 1.169,14 referente a rendas diferidas de copropriedade em imóveis, diversos pagamentos do IMI de imóveis em que a Entidade não tem propriedade plena dos mesmos e que por isso irá receber dos restantes coproprietários, no valor de 4.441,48€ e outros saldos devedores no montante de 224,16€.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2022 Quantia escriturada	2021 Quantia escriturada
Fornecedores, c/ gerais	36.927,02€	17.315,30€
Fornecedores, imobilizado	180.427,95€	19.876,80€
Estado e o. entes públicos	53.528,07€	45.290,55€
Remunerações a liquidar	409.483,85€	352.556,20€
Outros acréscimos de gastos	11.687,17€	12.791,88€
Credores diversos	19.106,86€	12.914,80€
Outros passivos correntes	440.277,88€	378.351,39€
Diferimentos	75.252,06€	0,00€
	786.412,98€	460.834,04€

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores:

Férias e encargos com férias	341.885,72€	314.353,48€
Retroativos a liquidar	17.458,13€	38.202,72€
Pessoal – Acordos de rescisões	50.140,00€	0,00€
TOTAL	409.483,85€	352.556,20€

13.3 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações do pessoal	1.799.475,59€	1727.928,49€
Indemnizações (acordos)	79.394,46€	567,98€
Encargos sobre remunerações	364.582,97€	353.588,16€
Seguros de acidentes de trabalho	19.667,85€	14.921,57€
Outros	7.098,28€	5.583,72€
TOTAL	2.270.219,15€	2.102.589,92€

O número médio de pessoas em 2022 foi de 128 (2021 129).

13
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

14. Outras informações

14.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o seguinte:

	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.087,96€	1.087,96€
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0€	93,89€
	1.087,96€	1.181,85€
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	12.419,70€	9.867,00€
Contribuições para a Segurança Social	40.887,09€	35.275,19€
Otras tributações	221,28€	148,36€
	53.528,07€	45.290,55€

14.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2022 e 2021 distribuíram-se da seguinte forma:

	2022	2021
Vendas e prestações de serviços		
Mercado interno	672.974,99€	507.400,24€
Mercado externo	0€	0,00€
	672.974,99€	507.400,24€
Prestações de serviços		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	641.647,24€	493.699,44€
Quotizações e joias	5.015,50€	12.290,80€
Outros	26.312,25€	1.410,00€
	672.974,99€	507.400,24€

A redução do montante de matrículas e mensalidades em 2021 está relacionada, essencialmente, com o impacto da continuação da pandemia nas receitas da Instituição, nomeadamente, decorrente do encerramento dos serviços devido ao confinamento.

14.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	21.188,68€	8.214,54€
Serviços especializados: Conservação e reparação	113.829,59€	152.334,63€
Serviços especializados: Honorários	54.824,87€	41.464,84€
Serviços especializados: outros	37.239,91€	42.241,41€
Materiais	17.210,10€	15.902,58€
Energia e fluídos	121.703,25€	101.058,96€
Deslocações, estadas e transportes	17.250,06€	2.832,02€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	34.485,79€	30.269,20€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	5.049,14€	3.702,86€
Serviços diversos: Comunicação	7.406,58€	7.857,31€
Serviços diversos: Seguros	11.510,53€	10.271,40€
Serviços diversos	20.576,20€	8.017,70€
	462.274,70€	424.167,45€

14.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Outros gastos e perdas		
Impostos	2.702,00€	1.079,16€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	158,31€	299,03€
Quotizações	1.065,00€	720,00€
Custos com apoios financeiros concedidos	1.100,00€	1.400,00
Correções relativas a períodos anteriores (a)	6.967,17€	6.774,83€
Outros	132,97€	0€
	12.125,45€	10.273,02€

(a) Inclui em 2022 a verba de 4.555,98€ referente a regularizações de subsídios da Segurança Social do ano anterior

14.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	97,90€	28,27€
Rendas e outros rendimentos em propriedade	634.462,40€	622.685,22€
Sinistros	0€	590,40€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	16.859,00€	14.321,38€
Correções relativas a períodos anteriores	27.886,15€	45.730,51€
Restituição de impostos	4.531,71€	8.839,19€
Imputação subsídios e doações em amortizações do exercício	81.475,51€	81.475,51€
Alienações de equipamento (mais-valias) (a)	10.000,00€	0,00€
Juros Obtidos	217,57€	304,44€
Outros	12.023,47€	1.543,84€
	787.553,71€	775.518,76€

(a) – Mais-valias de 10.000,00€ na venda do equipamento de otorrino existente, mas sem uso, na Unidade de Diagnóstico. Este equipamento, foi adquirido em 2009 pelo valor de 33.829,79€ e estava totalmente amortizado.

De acordo com a Portaria 218/2015 de 14 de março, as ENSL poderão contabilizar na conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, o valor relativo às doações de ativos tangíveis que foram doados à instituição. Deste modo, de acordo com o preconizado na referida Portaria, as doações associadas a ativos depreciáveis /amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

14.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Financiamentos		
Bankinter (12 anos)	32.244,20€	109.527,21€
	32.224,20€	109.527,21€
Juros pagos		
Juros de financiamento	0,00€	0,00€
	0,00€	0,00€

14.7 Garantias prestadas

Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 encontram-se garantidos através da constituição de hipoteca sobre imóvel sito no Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Alfredo Cunha (registo nº 2908).

15. Passivos contingentes

A Mesa, com base na opinião do advogado sobre os processos em curso a 31 de Dezembro de 2022, considera que, como salvaguarda futura, deverão ser mantidas as provisões no montante global de € 69.574,14 (ver nota 10).

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

17. Acontecimentos após a data do balanço

Em 24 de fevereiro de 2022, teve início um conflito armado na Europa em resultado da invasão pela Rússia em território Ucrainiano. As operações da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos não estão expostas diretamente a estes países, não sendo esperados grandes impactos na sua atividade operacional e financeira. Contudo a esta data continua a não ser possível estimar os efeitos, se alguns, do impacto socioeconómico que este conflito poderá continuar a originar na economia mundial e portuguesa em resultado da continuação do aumento dos preços dos combustíveis e de um conjunto de bens e serviços que tem provocado um aumento da inflação, bem como impactos nos mercados financeiros, nomeadamente de aumento das taxas de juro.

No entanto, tem-se sentido ao longo deste ano, algumas dificuldades em controlar os aumentos, principalmente nos ramos da alimentação e dos combustíveis, esperando que estas dificuldades venham a ter um fim próximo.

Deste modo, a Mesa Administrativa considera estarem asseguradas as condições para a continuidade das operações da Instituição.

18. Impactos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia

A Instituição tem acompanhado a evolução do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia. Com a incerteza causada pela guerra na Ucrânia, ano de 2022 ficou marcado pelas pressões inflacionistas, com particular relevância nos preços da energia e das mercadorias. É expectável que esta instabilidade se mantenha em 2023. A Empresa tem ajustado a estrutura de gastos de forma a contrapor aqueles efeitos.

De forma a mitigar parcialmente o impacto da subida do preço da energia e simultaneamente contribuir para um melhor desempenho ambiental, conforme já referido foi efetuado investimento na instalação de painéis solares.

A Mesa Administrativa, a esta data, considera não existirem impactos relevantes decorrentes deste conflito sobre a sua atividade.

Matosinhos, 20 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Manuel F.M. Moreira

6 – Resultados por Valências e outras atividades

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2022
ÁREA DE INFÂNCIA - CRECHES

CONTA	DESCRIÇÃO	CRECHE PARAISO	CRECHE C.I.M.	CRECHE BIQUINHA	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	12 496,70	14 373,92	12 042,16	38 912,78
62	Fornecimentos e serviços externos	23 197,07	37 955,35	23 280,57	84 432,99
63	Gastos com o pessoal	211 307,63	224 510,77	196 664,48	632 482,88
64	Gastos depreciação e de amortização	2 711,00	4 931,58	1 508,00	9 150,58
65	Perdas por imparidade	857,72	512,36	502,84	1 872,92
68	Outros gastos e perdas	0,00	1 667,49	0,00	1 667,49
	Total de gastos	250 570,12	283 951,47	233 998,05	768 519,64
72	Prestação de serviços	62 205,20	36 794,86	48 685,00	147 685,06
75	Subsídios, doações e legados á explora	179 348,46	187 192,94	149 573,31	516 114,71
76	Reversões de provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	5 401,08	3 319,50	2 534,04	11 254,62
	Total de ganhos	246 954,74	227 307,30	200 792,35	675 054,39
	Resultado	-3 615,38	-56 644,17	-33 205,70	-93 465,25

O. e. e.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS DE 2022
ÁREA DE INFÂNCIA - PRÉ-ESCOLAR

[Handwritten signature]

CONTA	DESCRIÇÃO	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
		PARAISO	C.I.M.	BIQUINHA	
61	Custo existências vendidas e consumidas	21 810,41	19 243,79	12 533,67	53 587,87
62	Fornecimentos e serviços externos	38 646,99	54 511,81	26 686,88	119 845,68
63	Gastos com o pessoal	358 689,21	347 562,04	207 919,04	914 170,29
64	Gastos depreciação e de amortização	3 952,35	6 318,65	1 720,00	11 991,00
65	Perdas por imparidade	1 496,97	685,94	523,36	2 706,27
67	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	2 232,43	0,00	2 232,43
	Total de gastos	424 595,93	430 554,66	249 382,95	1 104 533,54
72	Prestação de serviços	129 274,74	109 618,09	70 339,90	309 232,73
75	Subsídios, doações e legados á exploração	297 678,95	257 335,01	128 975,39	683 989,35
76	Reversões de provisões	5 000,00	37 604,68	0,00	42 604,68
78	Outros rendimentos e ganhos	3 679,85	6 355,20	498,50	10 533,55
	Total de ganhos	435 633,54	410 912,98	199 813,79	1 046 360,31
	Resultado	11 037,61	-19 641,68	-49 569,16	-58 173,23

O. e. e.
[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIA/CENTRO DE CUSTO DE 2022

CONTA	DESCRIÇÃO	A. T. L. PARAISO	A. T. L. C.I.M.	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	6 293,00	5 655,30	11 948,30
62	Fornecimentos e serviços externos	12 821,68	16 811,64	29 633,32
63	Gastos com o pessoal	105 003,00	92 113,09	197 116,09
64	Gastos depreciação e de amortização	1 930,80	2 440,18	4 370,98
65	Perdas por imparidade	431,93	201,60	633,53
68	Outros gastos e perdas	0,00	656,06	656,06
	Total de gastos	126 480,41	117 877,87	244 358,28
72	Prestação de serviços	42 466,49	40 166,21	82 632,70
75	Subsídios, doações e legados á exploração	18 554,78	29 008,58	47 563,36
76	Reversões de provisões	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	323,09	175,60	498,69
	Total de ganhos	61 344,36	69 350,39	130 694,75
	Resultado	-65 136,05	-48 527,48	-113 663,53

O. C. C.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS DE 2022
ÁREAS DE JUVENTUDE E TERCEIRA IDADE**

CONTA	DESCRIÇÃO	INTERNATO JUVENTUDE	CENTRO DE DIA 3ª IDADE	APOIO DOMIC. A IRMÃOS	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	24 982,30	19 505,70	6 510,00	50 998,00
62	Fornecimentos e serviços externos	64 909,62	39 447,02	4 852,88	109 209,52
63	Gastos com o pessoal	258 971,57	82 220,19	31 704,85	372 896,61
64	Gastos depreciação e de amortização	16 908,85	9 454,86	1 812,00	28 175,71
65	Perdas por imparidade	0,00	714,52	2 089,00	2 803,52
68	Outros gastos e perdas	2 217,77	0,00	0,00	2 217,77
	Total de gastos	367 990,11	151 342,29	46 968,73	566 301,13
72	Prestação de serviços	0,00	99 576,65	33 847,85	133 424,50
75	Subsídios, doações e legados á explora	407 250,56	58 502,26	2 376,40	468 129,22
76	Reversões de provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	15 538,48	7 858,74	0,00	23 397,22
	Total de ganhos	422 789,04	165 937,65	36 224,25	624 950,94
	Resultado	54 798,93	14 595,36	-10 744,48	58 649,81

D. e. e.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2022
OUTRAS ATIVIDADES

CONTA	DESCRIÇÃO	CULTO E CULTURA	SAÚDE U.D.	PROPRIEDADES INVESTIMENTO	TOTAL
61	Custo existências vendidas e consumidas	3 246,42	479,28	0,00	3 725,70
62	Fornecimentos e serviços externos	10 609,60	55 033,77	53 509,82	119 153,19
63	Gastos com o pessoal	28 996,48	72 975,65	51 581,15	153 553,28
64	Gastos depreciação e de amortização	8 671,57	41 061,29	66 075,68	115 808,54
65	Perdas por imparidade	0,00	1 410,50	0,00	1 410,50
68	Outros gastos e perdas	0,00	2 132,20	3 219,50	5 351,70
	Total de gastos	51 524,07	173 092,69	174 386,15	399 002,91
72	Prestação de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados á exploração	8 821,04	645,00	955,00	10 421,04
78	Outros rendimentos e ganhos	3 774,39	96 473,27	641 200,93	741 448,59
	Total de ganhos	12 595,43	97 118,27	642 155,93	751 869,63
	Resultado	-38 928,64	-75 974,42	467 769,78	352 866,72

O. e. e.

7 – Parecer do Revisor Oficial de Contas



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 2.º andar
4050-626 Porto, Portugal

Tel. +351 22 608 01 40
Fax +351 22 608 01 49
geral@crowe.pt
www.crowe.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 7 430.567 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.542.335 euros, incluindo um resultado líquido de 146.215 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos concluiu durante o ano de 2019 a inventariação física de uma parte dos seus imóveis bem como a respetiva conciliação com os registos contabilísticos. Desta análise resultou a identificação de um conjunto de imóveis que não constavam dos registos contabilísticos. Tendo por base a análise efetuada e as normas contabilísticas em vigor, a Entidade procedeu ao registo dos referidos imóveis com um impacto de 3.504.542 euros nos ativos (nas rubricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis) e fundos patrimoniais nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019. Permanece ainda por concluir a conciliação de alguns imóveis bem como dos restantes bens do ativo fixo tangível cujo impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, não nos é possível aferir.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Crowe & Associados, SROC, Lda. é uma firma membro da Crowe Global, uma associação Suíça (Crowe Global).
Cada firma membro da Crowe Global é uma entidade legal separada e independente.

Escritório de Lisboa: Edifício Allantis - Av. D. João II, 44C - Piso 1, Esc. 1.4 - 1990-095 Lisboa, Portugal

NIPC e Matrícula 608 842 156 | Capital Social 61.300 Euros | Sede, Edifício Scala - Rua de Vilar, 235 - 2.º andar - 4050-626 Porto, Portugal

© 2022 Crowe & Associados, SROC, Lda.



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza



Crowe & Associados, SROC, Lda.
Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 20161486

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 29 de março de 2023

Crowe & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

Handwritten signature and initials in blue ink.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS
CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E VINTE E DOIS
PARECER DO DEFINITÓRIO

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Prof. António Cunha e Silva, e da Secretária, D. Maria Manuela Costa Braga, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e dois, que mereceram o seguinte parecer: -----

Ponto um – O Definitório aprova as contas, o relatório de atividades e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e vinte e dois, tal como lhe foram apresentados, que se traduzem num resultado positivo de cento e quarenta e seis mil duzentos e catorze euros e cinquenta e dois cêntimos, resultado esse que é inferior ao do ano anterior em trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e setenta e oito cêntimos, redução esta que se deve, principalmente, à diminuição dos subsídios recebidos e ao aumento dos gastos com o pessoal. Salienta-se, contudo, que a diminuição antes referida se deveu ao fim dos subsídios extraordinários em tempo de COVID. Merece também referência o acréscimo das rendas e serviços prestados, (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e setenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos).

Ponto dois – Continua a recomendar a manutenção da política visando a fiabilidade dos registos contabilísticos, nomeadamente no que respeita à contabilização do imobilizado, cuja real extensão ainda não está completamente apurada. -----

Ponto três – Os problemas quanto à exploração deficitária da Unidade de Diagnóstico mantêm-se (prejuízo de setenta e cinco mil novecentos e setenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos). Em face do exposto e considerando os custos elevados com Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Gastos com Depreciação e Amortização, sabendo que atualmente a quase totalidade das receitas resulta do arrendamento de espaços, o Definitório mantém a sua opinião quanto à necessidade de ponderar a venda do edifício, salvaguardados que estejam os interesses da instituição.-



SANTA CASA
Misericórdia do
Bom Jesus de Matosinhos

Ponto quatro – Chama, mais uma vez, a atenção para os resultados negativos de muitas valências, em especial creches e ATL. -----

Ponto cinco – O Definitório continua a sublinhar o nulo rendimento das aplicações financeiras da Instituição, entendendo, mais uma vez, que se deve procurar um emprego alternativo para as disponibilidades financeiras. -----

Ponto seis – O Definitório, face aos ambiciosos projetos de investimento que a instituição pensa lançar nos próximos anos, debruçou-se ainda sobre a saúde financeira da mesma, analisando entre outros indicadores a solvabilidade e o Fundo de Maneio, concluindo que estes apresentam valores positivos, se bem que tenham vindo a piorar.

Ponto sete – Debruçou-se ainda o Definitório sobre a conferência do Caixa e as conciliações bancárias, achando-as conforme as boas regras de contabilidade e controlo de gestão. -----

Ponto oito – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na racionalização de custos e na dinamização da atividade da Instituição, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano.

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

António Cunha e Silva

A Secretária

Maria Manuela Costa Braga